



REVISTA EDUCAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

ISSN 3086-5980

ENTRE CÓDIGOS E CORPOS

COMO A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL (RE)DESENHA A VISIBILIDADE
LGBTQIAPN+ NO PRESENTE DIGITAL

DOI: 10.69609/3086-5980.2026.v1.n1.a4254



ENTRE CÓDIGOS E CORPOS

COMO A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL (RE)DESENHA A VISIBILIDADE LGBTQIAPN+ NO PRESENTE DIGITAL

DOI: 10.69609/3086-5980.2026.v1.n1.a4254

Camila Dias Gomes Teixeira¹ • Marco Túlio da Cunha Silva²

¹ Possui graduação em Economia Doméstica pela Universidade Federal de Viçosa (2016), onde também é graduanda em Ciências Contábeis. Atualmente, é Assistente de Educação Básica (ATB) na rede estadual de Minas Gerais e integra o Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas e Formação de Profissionais da Educação (GEPPFOR) do Departamento de Educação (DPE) da Universidade Federal de Viçosa - UFV.

² Doutorando em Geografia no PPGG da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGG-UFES), mestre em Geografia pelo PPPGEO da Universidade Federal de Viçosa (PPGEO-UFV) e Licenciado e Bacharel em Geografia pelo Departamento de Geografia da UFV (DGE-UFV). É pesquisador vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas e Formação de Profissionais da Educação (GEPPFOR-UFV) e ao Grupo de Pesquisa Política Espacial das Imagens e Cartografias (POESI). Atualmente, atua no Laboratório de Cartografia Geográfica e Geotecnologias (LCGGEO-CCHN-UFES).

RESUMO

Este ensaio tem como tema a relação entre Inteligência Artificial (IA), construção identitária e visibilidade da população LGBTQIAPN+ no ambiente digital, partindo do pressuposto de que o ser humano é constituído social e historicamente. O ponto de reflexão consiste em investigar em que medida os códigos binários e os vieses algorítmicos da IA podem influenciar a visibilidade, a representação e as experiências dessa população nos espaços digitais. Busca-se compreender como a IA tem sido abordada na literatura no que se refere à sua atuação na produção e mediação de identidades e relações sociais. O estudo articula-se ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 10 (Redução das Desigualdades), considerando que as tecnologias digitais podem tanto ampliar quanto mitigar desigualdades, especialmente aquelas relacionadas a gênero e sexualidade. Justifica-se essa escolha pela necessidade de problematizar como sistemas algorítmicos podem reproduzir exclusões históricas, impactando o acesso à visibilidade e à participação no ambiente digital. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza teórica, desenvolvida por meio de revisão de literatura. Parte-se da compreensão de que a linguagem binária e suas aplicações tecnológicas não são neutras, mas refletem estruturas sociais historicamente constituídas. Como potencialidade, a análise evidencia mecanismos pelos quais sistemas algorítmicos podem reforçar desigualdades e invisibilizações, contribuindo para o avanço crítico nos estudos sobre tecnologia e diversidade. Em consonância com a Agenda 2030, o trabalho fomenta reflexões para o desenvolvimento de tecnologias mais inclusivas. Como desafio, destaca-se a complexidade de mensurar empiricamente tais vieses.

Palavras-chave: Algoritmos. Interseccionalidade. Corporeidade. Governança Digital. Marcadores sociais.

ABSTRACT

This essay explores the relationship between Artificial Intelligence (AI), identity construction, and the visibility of LGBTQIAPN+ populations in the digital environment, based on the assumption that human beings are socially and historically constituted. The central aim is to investigate to what extent binary codes and algorithmic biases in AI may

influence the visibility, representation, and experiences of this population in digital spaces. It also seeks to understand how AI has been addressed in the literature regarding its role in the production and mediation of identities and social relations. The study is aligned with Sustainable Development Goal 10 (Reduced Inequalities), considering that digital technologies can both amplify and mitigate inequalities, particularly those related to gender and sexuality. This choice is justified by the need to critically examine how algorithmic systems may reproduce historical exclusions, affecting access to visibility and participation in digital environments. Methodologically, this is a qualitative, theoretical study developed through a literature review. It is based on the understanding that binary language and its technological applications are not neutral but reflect historically constructed social structures. As a contribution, the analysis highlights mechanisms through which algorithmic systems may reinforce inequalities and invisibilization, advancing critical discussions in the field of technology and diversity. In line with the 2030 Agenda, the study fosters reflections aimed at developing more inclusive technologies. As a challenge, it emphasizes the complexity of empirically measuring such biases.

Keywords: Algoritmos. Interseccionalidade. Corporeidade. Governança Digital. Marcadores sociais.

INTRODUÇÃO

Observa-se que a transição do século XX para o XXI é marcada por avanços tecnológicos que reconfiguraram profundamente as formas de comunicação e interação social, destacando-se a ampliação da conectividade digital mediada por dispositivos móveis, como computadores e *smartphones*, além da expansão e consolidação da *internet* como infraestrutura global de circulação de informações. Esse processo não se limita a uma simples evolução técnica, mas envolve uma transformação mais ampla nas dinâmicas sociais, culturais e econômicas, na qual o tempo de interação, os modos de sociabilidade e as formas de produção de sentido passam a ser atravessados por lógicas digitais cada vez mais complexas e integradas ao cotidiano.

Nesse contexto, a Inteligência Artificial (IA) e os sistemas algorítmicos emergem como elementos centrais na organização das relações sociais contemporâneas, influenciando não apenas práticas comunicacionais, mas também processos de construção identitária, de reconhecimento social e de circulação de informações. Tais sistemas atuam na mediação de conteúdos, na personalização de experiências e na estruturação de ambientes digitais, tornando-se agentes relevantes na forma como sujeitos se percebem e são percebidos no espaço social. Assim, este trabalho insere-se no campo de estudos que articulam tecnologia, sociedade e identidade, com ênfase na análise das implicações sociotécnicas da mediação digital, buscando compreender como essas tecnologias participam ativamente da produção de subjetividades e das dinâmicas de visibilidade contemporâneas.



Em escala global, a intensificação da conectividade possibilitou a superação de barreiras geográficas e a consolidação de novas dinâmicas sociais, nas quais atividades cotidianas, como o acesso à informação, ao entretenimento e à socialização, passaram a ser mediadas por plataformas digitais de forma contínua e cada vez mais integrada à vida diária. Esse processo não apenas ampliou as possibilidades de interação entre sujeitos situados em diferentes partes do mundo, mas também reconfigurou a própria noção de presença social, uma vez que a participação em redes digitais passou a ser um elemento constitutivo das relações contemporâneas. Assim, o espaço digital deixa de ser um complemento da vida social para se tornar um de seus principais eixos organizadores.

Redes sociais como *Instagram*, *X* e *Facebook* exemplificam esse processo ao promoverem interações baseadas em afinidades, operacionalizadas por algoritmos que organizam e filtram conteúdos conforme perfis de usuários, interesses e padrões de engajamento. Esses mecanismos de filtragem não são neutros, pois influenciam diretamente o que os sujeitos veem, com quem interagem e quais narrativas circulam com maior alcance dentro dessas plataformas. Tal cenário evidencia a centralidade da IA na mediação das experiências sociais, redefinindo práticas e modos de inserção dos sujeitos no espaço digital, ao mesmo tempo em que produz novas formas de visibilidade, pertencimento e exclusão, profundamente articuladas às lógicas técnicas que estruturam essas plataformas.

As potencialidades dessas tecnologias coexistem, entretanto, com mediações que não são neutras. Os algoritmos, ao serem desenvolvidos a partir de bases de dados e orientações específicas, incorporam valores e estruturas socioculturais, podendo reproduzir padrões normativos excludentes. Nesse sentido, a construção identitária passa a ser influenciada por lógicas algorítmicas que sugerem conexões, conteúdos e formas de pertencimento, impactando diretamente a autoimagem dos sujeitos. Como destacam Rocha *et al.* (2025), a “construção da identidade” é um processo “mediatizado pelo mundo”, sendo as tecnologias digitais, na contemporaneidade, mediadoras centrais dessa dinâmica impactando o modo de viver, pensar e interagir das pessoas.

Diante disso, o presente ensaio, de natureza qualitativa e fundamentado em revisão de literatura, tem como objetivo geral analisar como os códigos binários e os vieses algorítmicos



influenciam a visibilidade e as experiências da população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros/ Travestis, *Queer*, Intersexo, Assexuais, Pansexuais, Não-Binários e mais (LGBTQIAPN+) no ambiente digital. Essa proposta parte do entendimento de que as estruturas computacionais que organizam os sistemas digitais não são apenas técnicas, mas também sociais, na medida em que incorporam escolhas, classificações e lógicas que podem refletir e reproduzir assimetrias já existentes na sociedade. Desse modo, compreender tais influências implica reconhecer que a própria arquitetura dos sistemas digitais participa ativamente da produção de visibilidades e invisibilidades.

Especificamente, busca-se compreender de que modo tais tecnologias podem atuar tanto como ferramentas de ampliação de visibilidade quanto como mecanismos de silenciamento e invisibilização, sobretudo quando estruturadas sob lógicas cis-heteropatriarcal¹. Isso significa considerar que os mesmos sistemas capazes de promover circulação de discursos e ampliar o alcance de narrativas dissidentes também podem operar a partir de critérios que restringem, filtram ou despriorizam determinadas expressões identitárias. Assim, o estudo problematiza o papel da IA na mediação das identidades, refletindo sobre seus limites e potencialidades no contexto contemporâneo, especialmente no que se refere à produção de reconhecimento social, à configuração de pertencimentos e às disputas por visibilidade no espaço digital.

DESENVOLVIMENTO

Considerando o ser humano como essencialmente social, a construção da identidade configura-se como um processo relacional, produzido continuamente na interação com o outro e no reconhecimento de pertencimentos em contextos coletivos diversos. Esse processo não ocorre de forma isolada ou espontânea, mas é mediado por estruturas sociais, culturais e históricas que orientam modos de ser, agir e se perceber no mundo. Assim, a identidade se constitui como uma elaboração dinâmica, atravessada por experiências cotidianas, relações de poder e pelos referenciais simbólicos disponíveis em cada contexto. Nesse sentido, os sujeitos constroem suas identidades a

1. O termo refere-se à estrutura social e política em que o machismo, a pressuposição da heterossexualidade como norma e o alinhamento compulsório entre sexo biológico e gênero operam de forma integrada. Segundo Lugones (2020), esse sistema não é apenas um conjunto de preconceitos individuais, mas uma matriz de poder que define o padrão de “humanidade”, marginalizando identidades que não se enquadram no binarismo de gênero ou na orientação heterossexual.



partir de negociações constantes entre o eu e o outro, entre o individual e o coletivo, evidenciando que o pertencimento não é fixo, mas continuamente (re)significado ao longo da vida.

Na contemporaneidade, as tecnologias digitais assumem centralidade nesse processo, desempenhando um papel simultaneamente estruturante e contraditório, ao ampliar as possibilidades de interação, visibilidade e expressão identitária, ao mesmo tempo em que reproduzem e, por vezes, intensificam desigualdades e normatividades sociais já existentes. Plataformas digitais, redes sociais e ambientes virtuais tornam-se espaços privilegiados de construção, onde narrativas identitárias são constantemente produzidas, compartilhadas e validadas. Contudo, tais ambientes também operam sob lógicas algorítmicas e econômicas que condicionam essas expressões, influenciando percepções de pertencimento e reconhecimento social. Dessa forma, destacam Rocha *et al.* (2025, p.84):

A construção da identidade é um processo contínuo e dinâmico, mediatizado pelo mundo e pelas relações sociais que o sujeito estabelece ao longo de sua vida. No contexto das populações LGBTQIAPN+, essa construção perpassa invariavelmente pela busca de identificação com o outro, encontrando nas tecnologias digitais um espaço ambivalente que tanto pode promover o acolhimento e a visibilidade quanto reproduzir exclusões históricas.

Essa ambivalência manifesta-se empiricamente em iniciativas como a **Casa 1**², que utiliza as redes sociais como instrumento de difusão da cultura queer e de promoção de ações voltadas ao acolhimento e à saúde mental de jovens em situação de vulnerabilidade, contribuindo para a garantia da dignidade humana. Ao se apropriar estrategicamente das plataformas digitais, a iniciativa amplia o alcance de suas ações, fortalece redes de apoio e possibilita a circulação de narrativas contra-hegemônicas que tensionam padrões normativos de gênero e sexualidade. Nesse contexto, as redes sociais deixam de ser apenas espaços de sociabilidade e passam a atuar como dispositivos políticos e pedagógicos, por meio dos quais sujeitos historicamente marginalizados encontram visibilidade, reconhecimento e possibilidades concretas de existência digna.

Contudo, o ambiente digital também abriga dinâmicas que reforçam estruturas cis-heteropatriarcais e discursos de negação de corpos dissidentes, evidenciando o caráter contraditório dessas mesmas tecnologias. Nesse cenário, os algoritmos operam como mediadores centrais, orientando fluxos informacionais e interacionais, seja ao reforçar identificações prévias, seja ao

2. A **Casa 1** é uma organização da sociedade civil fundada em 2017, em São Paulo, que acolhe jovens LGBTQIA+ expulsos de casa e desenvolve atividades culturais, educativas e atendimento psicossocial gratuito. Disponível em: <https://www.casaum.org>. Acesso em: 20 abr. 2026.



circunscrever os sujeitos em bolhas ideológicas que limitam o contato com a diversidade. Tais mecanismos não apenas organizam o que é visto e compartilhado, mas também influenciam percepções, afetos e formas de engajamento, podendo intensificar processos de exclusão simbólica e invisibilização. Dessa maneira, ao mesmo tempo em que viabilizam práticas emancipadoras, os ambientes digitais também podem reproduzir e sofisticar desigualdades, exigindo uma análise crítica sobre seus usos e implicações sociais.

Se, por um lado, as tecnologias digitais ampliam possibilidades de visibilidade, por outro, a mediação algorítmica pode reconfigurar e até restringir essas conquistas, evidenciando o caráter paradoxal desses ambientes. A ampliação do acesso à fala, à autoexpressão e à circulação de narrativas dissidentes não ocorre de forma neutra, sendo constantemente atravessada por critérios técnicos e econômicos que definem o que será mais ou menos visível. Nesse contexto, a visibilidade deixa de ser apenas uma conquista política e passa a ser também um produto condicionado por métricas, engajamento e padrões de consumo, o que pode influenciar diretamente a forma como sujeitos e coletividades constroem suas presenças no espaço digital.

A visibilidade historicamente construída por corpos plurais corre, assim, o risco de ser tensionada por sistemas que operam sob lógicas de padronização, nas quais a diversidade tende a ser tratada como desvio estatístico. Isso implica que expressões identitárias que escapam aos padrões dominantes podem ser menos promovidas, invisibilizadas ou até mesmo moderadas, reforçando desigualdades já existentes no plano social. Desse modo, os algoritmos não apenas organizam conteúdos, mas também participam ativamente da produção de hierarquias simbólicas e da regulação do que é reconhecido como legítimo ou aceitável. Nesse sentido, Souza (2025, p.235) ressalta que:

A inteligência artificial, ao operar sob lógicas de padronização e vetores estatísticos, muitas vezes falha em reconhecer a pluralidade dos corpos e das identidades de gênero que fogem à norma cis-heteropatriarcal. Esse apagamento digital interfere na capacidade do sujeito de se ver refletido no ambiente virtual, dificultando a formação de laços de solidariedade e a própria identificação entre iguais, essencial para o fortalecimento do ser social em uma sociedade plural.

A compreensão da não neutralidade da IA exige, ainda, a análise de seus processos de desenvolvimento e treinamento, uma vez que tais sistemas não emergem de um vazio técnico, mas



de contextos históricos e sociais específicos. Para além das intencionalidades dos programadores, os sistemas são alimentados por bases de dados que refletem contextos socioculturais específicos, frequentemente marcados por normatividades cis-heteronormativas e por outras formas de hierarquização social. Isso significa que, mesmo quando há um esforço deliberado de construção ética ou inclusiva, os dados utilizados podem carregar marcas de desigualdades estruturais, que acabam sendo incorporadas ao funcionamento dos algoritmos. Assim, a IA não apenas processa informações, mas também reproduz, em alguma medida, os padrões culturais e sociais que sustentam essas informações.

Mesmo quando concebida sob perspectivas interseccionais, a IA pode assimilar e reproduzir padrões excludentes presentes nesses dados, evidenciando os limites de abordagens que não enfrentam criticamente a origem e a curadoria das bases informacionais. Tal dinâmica aproxima-se de processos de socialização, nos quais valores são incorporados e naturalizados, como na associação cultural entre cores e gêneros, que exemplifica como construções simbólicas são reiteradas sem questionamento. Conforme argumenta Bonaldo (2023), a aprendizagem de máquina opera por meio da “renderização” da experiência humana em padrões de dados, não compreendendo a realidade em sua complexidade, mas traduzindo-a em vetores estatísticos. Desse modo, os vieses presentes na seleção e organização dos dados tornam-se constitutivos da “visão de mundo” algorítmica, influenciando diretamente as respostas, classificações e decisões produzidas.

Quando fundamentada em bases de dados e arquiteturas algorítmicas que incorporam desigualdades estruturais, a Inteligência Artificial tende não apenas a refletir, mas a reiterar e sofisticar tais assimetrias, operando como aquilo que Bonaldo (2023) denomina de “atualização repetidora” do passado. Sob essa perspectiva, os sistemas de IA são treinados a partir de grandes volumes de dados historicamente situados, os quais carregam marcas de discriminações de gênero, raça, sexualidade e classe, evidenciando que o processo técnico está intrinsecamente imbricado às dinâmicas sociais que o produzem. Assim, aquilo que se apresenta como inovação tecnológica pode, na prática, reproduzir continuidades históricas de exclusão, ainda que sob novas formas e linguagens, mais sutis e, por vezes, mais difíceis de serem identificadas.



Desse modo, padrões discriminatórios não são eliminados no processo técnico, mas frequentemente reconfigurados sob uma lógica de aparente neutralidade e objetividade, o que dificulta sua identificação e contestação. Esse fenômeno produz efeitos concretos na vida de populações dissidentes, especialmente no que diz respeito à sua visibilidade, representação e acesso a direitos no ambiente digital, impactando desde a forma como conteúdos são distribuídos até as oportunidades de participação em espaços mediados por tecnologia. Em muitos casos, tais dinâmicas podem reforçar processos de invisibilização, estigmatização ou exclusão, ao mesmo tempo em que limitam o alcance de narrativas contra-hegemônicas. Dessa forma, a IA não apenas organiza informações, mas também atua na produção e manutenção de desigualdades, exigindo uma análise crítica contínua sobre seus modos de funcionamento e suas implicações sociais.

Empiricamente, isso pode ser observado, por exemplo, em sistemas de moderação automática de conteúdo em redes sociais, nos quais publicações relacionadas à comunidade LGBTQIAPN+, sobretudo aquelas que expressam afetos entre pessoas do mesmo gênero, são, em alguns casos, indevidamente classificadas como conteúdo impróprio ou sensível, sendo removidas ou tendo seu alcance reduzido. Esse tipo de ocorrência evidencia como critérios automatizados de moderação não são apenas técnicos, mas também atravessados por valores sociais que acabam sendo incorporados às próprias estruturas algorítmicas. Em contrapartida, conteúdos heteronormativos similares não sofrem o mesmo tipo de restrição, o que reforça a percepção de que há um padrão seletivo de vigilância e controle sobre determinadas expressões afetivas e identitárias, evidenciando um viés normativo incorporado ao sistema.

Outro exemplo pode ser identificado em algoritmos de recomendação e busca, que tendem a invisibilizar produções culturais, científicas ou informativas vinculadas a sujeitos dissidentes, priorizando conteúdos alinhados a padrões hegemônicos. Essa lógica de priorização não ocorre de forma aleatória, mas resulta de processos de treinamento baseados em dados que refletem desigualdades já existentes no espaço social, o que acaba sendo amplificado no ambiente digital. Assim, ao buscar referências sobre famílias, corpos ou trajetórias profissionais, usuários frequentemente se deparam com representações majoritariamente cisheteronormativas, o que limita o reconhecimento de outras formas de existência e restringe a pluralidade de narrativas



disponíveis. Esse cenário contribui para a manutenção de regimes de visibilidade assimétricos, nos quais certas experiências são reiteradamente legitimadas enquanto outras são marginalizadas ou tornadas menos acessíveis.

Nesse sentido, a mediação algorítmica não se restringe a espelhar a realidade social, mas participa ativamente de sua produção e reprodução, operando como um dispositivo de poder que regula o que pode ser visto, dito e legitimado. Isso implica compreender que os algoritmos não atuam apenas como intermediários neutros de informação, mas como estruturas que organizam hierarquias de visibilidade, influenciam fluxos comunicacionais e condicionam formas de interação social. Ao selecionar, classificar e hierarquizar conteúdos, esses sistemas contribuem para a configuração de regimes de verdade e de legitimidade, nos quais determinadas narrativas ganham centralidade enquanto outras são deslocadas ou apagadas, evidenciando seu papel ativo na constituição do espaço digital.

Tal dinâmica tensiona as fronteiras entre visibilidade e exclusão, uma vez que, ao mesmo tempo em que amplia o acesso à informação, também pode reforçar silenciamentos históricos, dificultando a afirmação identitária e a construção de pertencimento de grupos socialmente marginalizados no espaço digital. Isso ocorre porque o aumento da circulação de conteúdos não garante, necessariamente, reconhecimento ou equidade de exposição, já que os critérios algorítmicos podem privilegiar padrões dominantes de engajamento e legitimidade. Dessa forma, sujeitos e coletividades dissidentes podem ter suas expressões limitadas, invisibilizadas ou sub-representadas, o que impacta diretamente seus processos de afirmação social e política. Assim, a promessa de democratização digital convive com mecanismos sutis de exclusão, que operam de maneira contínua e muitas vezes pouco perceptível.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões desenvolvidas neste estudo partiram da problematização acerca do papel da inteligência artificial na (in)visibilização da população LGBTQIAPN+, bem como de suas implicações na construção de experiências e identidades no ambiente digital. Tal problematização se ancora na compreensão de que as tecnologias digitais, longe de serem neutras, participam da organização das



formas de ver, representar e reconhecer sujeitos no espaço social contemporâneo, especialmente em contextos marcados por disputas simbólicas em torno da identidade, da diversidade e do pertencimento. Nesse sentido, o estudo busca evidenciar como os processos de mediação tecnológica podem tanto ampliar possibilidades de expressão quanto produzir apagamentos e silenciamentos de determinadas corporalidades e vivências.

Nessa perspectiva, buscou-se analisar, à luz de uma revisão teórica da literatura, a relação entre vieses algorítmicos e processos de exclusão de corpos plurais, compreendendo a IA como um elemento ativo na mediação das dinâmicas sociais contemporâneas. Isso implica reconhecer que os sistemas algorítmicos não apenas organizam informações, mas também participam da produção de sentidos, valores e hierarquias sociais, influenciando diretamente o que é tornado visível ou invisível no ambiente digital. Assim, ao operar a partir de bases de dados historicamente situadas e atravessadas por desigualdades estruturais, a inteligência artificial pode contribuir para a reprodução de assimetrias já existentes, exigindo uma análise crítica sobre seus impactos nas experiências identitárias e nas formas de reconhecimento social de grupos marginalizados.

Nesse cenário, observa-se que a suposta neutralidade algorítmica configura-se como um constructo insustentável, uma vez que os sistemas de inteligência artificial estão intrinsecamente atravessados por valores, contextos socioculturais e intencionalidades presentes tanto em sua programação quanto nos dados que orientam seu treinamento. Isso significa que tais sistemas não operam em um vazio técnico ou puramente matemático, mas são produzidos dentro de condições históricas específicas, nas quais decisões humanas, escolhas metodológicas e recortes epistemológicos influenciam diretamente seus resultados. Dessa forma, a ideia de neutralidade técnica se fragiliza ao ser confrontada com a complexidade dos processos sociais que sustentam o desenvolvimento dessas tecnologias.

Desse modo, tais tecnologias não apenas refletem, mas tendem a reproduzir e intensificar estruturas sociais excludentes, incidindo diretamente sobre a visibilidade e os processos de construção identitária da população LGBTQIAPN+ no ambiente digital. Esse movimento ocorre porque os sistemas algorítmicos, ao aprenderem com dados historicamente situados, podem reforçar padrões de desigualdade já existentes, naturalizando determinadas formas de representação em detrimento de outras. Assim, conteúdos, sujeitos e narrativas dissidentes podem ser sistematicamente menos



favorecidos em processos de recomendação, classificação ou moderação, o que impacta diretamente suas condições de reconhecimento e existência simbólica no espaço digital. Assim, as linguagens de programação e os sistemas algorítmicos devem ser compreendidos como dispositivos sociotécnicos que operam na produção e na manutenção de relações de poder.

Assim, evidencia-se a necessidade de ampliação do debate crítico acerca dos impactos sociais da IA, sobretudo no que se refere à promoção da inclusão e ao reconhecimento da diversidade. Tal ampliação implica não apenas a circulação de discussões em espaços acadêmicos e técnicos, mas também sua inserção em arenas públicas mais amplas, nas quais diferentes sujeitos sociais possam tensionar e problematizar os efeitos dessas tecnologias no cotidiano. Nesse sentido, torna-se fundamental compreender que a inteligência artificial, ao ser incorporada em múltiplas dimensões da vida social, produz efeitos que extrapolam o campo técnico, incidindo diretamente sobre formas de existência, reconhecimento e participação social.

Como desdobramento, destaca-se a importância de investigações empíricas que analisem, de forma situada, a operacionalização dos vieses algorítmicos em diferentes plataformas digitais, bem como o desenvolvimento de tecnologias orientadas por princípios éticos, críticos e interseccionais. Isso significa considerar não apenas o funcionamento abstrato dos sistemas, mas também suas aplicações concretas em contextos específicos, observando como diferentes grupos são afetados por suas lógicas de classificação, recomendação e moderação. Por fim, reafirma-se que o ambiente digital não se constitui como uma esfera dissociada da realidade social, mas como sua extensão e (re)produção, o que demanda transformações que ultrapassem o âmbito tecnológico e alcancem as estruturas sociais que o sustentam, incluindo dimensões políticas, econômicas e culturais que condicionam o desenvolvimento e o uso dessas tecnologias.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi desenvolvido junto ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Política e Formação Docente (GEPPFOR), vinculado à Universidade Federal de Viçosa (UFV). Agradecemos à Profa. Dra. Rita Márcia Andrade Vaz de Mello, coordenadora do GEPPFOR, e aos integrantes da Diretoria de Pessoas.



REFERÊNCIAS

BONALDO, Rodrigo B. História mais do que humana: descrevendo o futuro como atualização repetidora da Inteligência Artificial. *História* (São Paulo), v. 42, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/WbLs9ZhxbKKvD69smKVQ3Vh/?lang=pt>. Acesso em: 28 de março de 2026.

FEENBERG, Andrew. *Teoria crítica da tecnologia*. Tradução de Marcos Nobre. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2013.

GIDDENS, Anthony. *Modernidade e Identidade*. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

LUGONES, Maria. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 55-87.

ROCHA, Luís F. de B. V.; SILVA, Ebenezer S. da; DURANS, Claudionice A.; DURANS, Ester A.; NASCIMENTO, Ozicleia A. do; AZEVEDO, Brenda M. C.; BASTOS, Débora F. C.; MARINHO, Elisângela L.; MARINHO, Amanda L.; ALVES, Indyra. Uso de tecnologias digitais e educacionais no enfrentamento da LGBTfobia: uma revisão sistemática da literatura. *Impacto Científico*, [S. l.], p. 1198–1216, 2025. Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/editoraimpacto/article/download/11424/12841/40405>. Acesso em: 21 abr. 2026.

SOUZA, Patrícia C. G. de. Inteligência artificial e preconceito de identidade de gênero: a invisibilização de corpos plurais no ambiente digital. *Revista Cor LGBTQIA+*, Curitiba, v. 1, n. 3, p.228-246, jul. 2025. Disponível em <https://revistas.ceeinter.com.br/CORLGBTI/article/view/551>. Acesso em: 29 de março de 2026.





fapeti

FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA,
TECNOLOGIA E INOVAÇÃO



UNITAU
Universidade de Taubaté